

CONTRATO CEDAE N.º 100 /2018 (DF)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, sediada na Rua Carlos Gomes, nº 1107, Centro, Araraquara/São Paulo, CEP: 14.801-340, inscrita no CNPJ sob o nº 50.400.407/0001-84, neste ato por meio de sua Sócia Administradora ao final assinada, Srª. CÉLIA DE FREITAS MERLOS, portadora da carteira de Identidade nº 6.616.262-2 (SSP-SP), inscrita no CPF sob nº 020.426.218-50 daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA (GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL), VISANDO ACRESCENTAR MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CEDAE A SER EXECUTADO NA FORMA INDIRETA POR PESSOA JURÍDICA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO"** com fundamento no Processo Administrativo nº E-17/100.615/2015, mediante **Concorrência Nacional nº 202/2017 (ASL-DP)**, justo e contratado o presente, que se regerá pela Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei 8.883/94 e da Lei 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287 de 04/12/79, assim como pelo Decreto 3.149 de 28/04/80, pela Lei Complementar 123/2006 e pela Legislação pertinente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a CEDAE, a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA (GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL), VISANDO ACRESCENTAR MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CEDAE A SER EXECUTADO NA FORMA INDIRETA POR PESSOA JURÍDICA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Concorrência Nacional - CN nº 202/2017, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela CEDAE e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

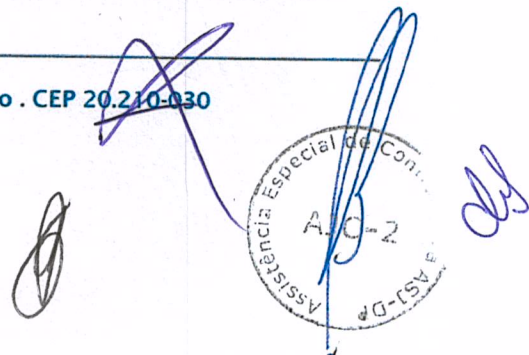
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **CEDAE**.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato.; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, mantendo preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços,

Alínea a - Os serviços serão requisitados ao preposto indicado pela contratada, através de e-mail ou de Ordem de Execução de Serviço - OES emitidos pelos requisitantes dos serviços. O preposto comparecerá aos locais de trabalho com frequência semanal, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este Preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao fiscal responsável pelo acompanhamento dos serviços e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, bem como cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, e ainda, estar sempre em contato com a fiscalização do contrato, a qual poderá ter acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário.

Parágrafo Segundo - A **CEDAE**, face ao parágrafo 2º do art. 71 da lei nº 8.666/93 alterada pelo Art. 4º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95, exigirá da **CONTRATADA**, quando da quitação da fatura ou nota fiscal da etapa da prestação dos serviços, cópia autenticada da guia de recolhimento dos encargos previdenciários - GRPS quitada, comprovante do depósito do FGTS e respectiva folha de pagamento dos serviços realizados na etapa faturada..

Parágrafo Terceiro - Para efeito da cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do art. 31 da Lei nº 8.212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95.

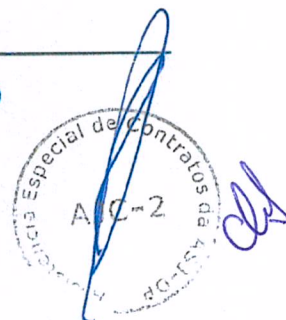
Parágrafo Quarto - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** deverá prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.



Parágrafo Nono - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Décimo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Décimo Primeiro - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados..... 2%;
- II - de 201 a 500..... 3%;
- III - de 501 a 1.000..... 4%;
- IV - de 1.001 em diante. 5%.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Fonte de Recursos: 10

Código Orçamentário: 31903401

Programa de Trabalho: 2200026034

Conta Contábil: 411110120

ID da Reserva Orçamentária: 2018000811

Centro de Custos: DF00000000

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

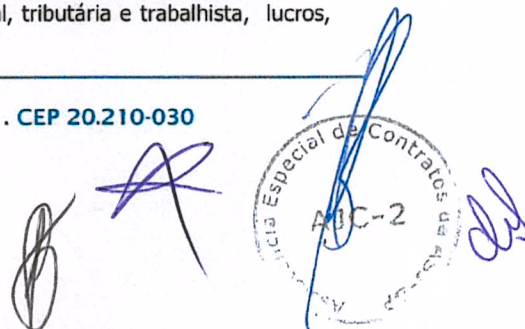
CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 4.920.000,24 (quatro milhões, novecentos e vinte mil reais e vinte e quatro centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

FUNÇÃO	Nº POSTOS	SALÁRIO POSTO	VALOR DO POSTO COM ENCARGOS	VALOR MENSAL	VALOR 12 MESES
AUXILIAR TÉCNICO OPERACIONAL	15	R\$ 1.668,52	R\$ 4.353,39	R\$ 65.300,85	R\$ 783.610,20
ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	31	R\$ 2.624,17	R\$ 6.284,97	R\$ 194.834,07	R\$ 2.338.008,84
ASSESSOR TÉCNICO	14	R\$ 4.745,30	R\$ 10.704,65	R\$ 149.865,10	R\$ 1.798.381,20
TOTAL	60	R\$ 9.037,99	R\$ 21.343,01	R\$ 410.000,02	R\$ 4.920.000,24

*Planilha detalhada com preços unitários no anexo II ao contrato e fls. 4213 a 4222 (volume 015) do processo administrativo E-17/100.615/2015

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da CONTRATADA, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, lucros,



despesas com vales transportes, tickets refeição, seguro de vida, assistência médica, treinamentos e quaisquer outras necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

a) Caberá à **CONTRATADA**, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

b) A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

c) Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

d) É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

e) Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

Parágrafo Terceiro - Quanto ao preço dos demais insumos, somente será analisada a concessão de seu reajustamento, caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento

Io = INPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

a) Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

b) O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.

c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

d) Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.

e) O prazo decadencial convencionado para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão ou sub-rogação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida, mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata do parágrafo nono da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, as seguintes comprovações:

a) Prova de pagamento das verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade devam integrar os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento.

b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;

c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;

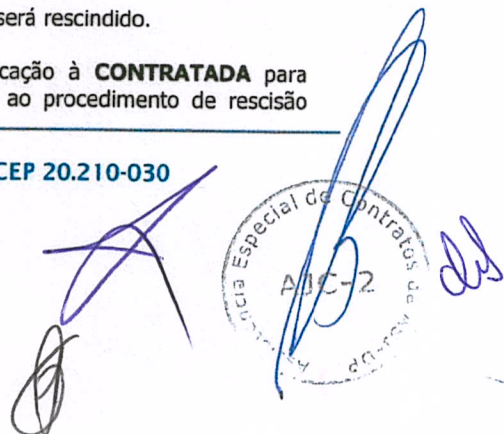
d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou as respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Quinto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos parágrafos terceiro e quarto ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Sexto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sétimo - No caso do **Parágrafo Sexto**, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão



contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 12 (doze) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo X ao edital.

a) No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Segundo - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato referente ao mês anterior à data do pagamento, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação desta.

Parágrafo Terceiro - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação mensal da prova de regularidade de comprovante de recolhimento mensal ao FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos relativos à mão de obra empregada no contrato, previstos no parágrafo terceiro da cláusula oitava do Contrato.


a) Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o Parágrafo Nono, da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato

Parágrafo Quarto - Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Segundo e Terceiro, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização

Parágrafo Quinto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

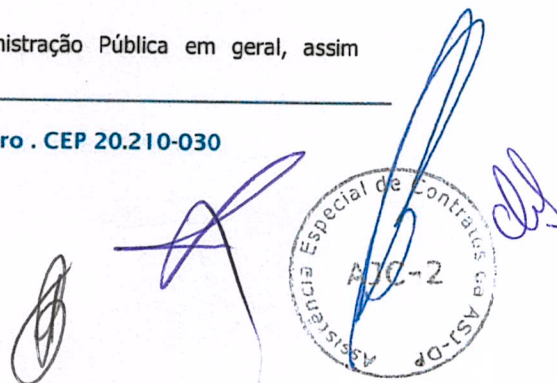




CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

8



Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Parágrafo Único - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todas os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO



Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A caução correspondente a 5% do valor do contrato, efetuada pela contratada na forma de seguro garantia, ficará depositada na tesouraria da **CEDAE**, sendo liberada ou restituída após sua execução satisfatória.

Parágrafo Primeiro - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à **CEDAE** decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato, e
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

Parágrafo Segundo - Para a liberação da garantia deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

Parágrafo Terceiro: Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da **CONTRATADA** que participaram da execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A **CEDAE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

Parágrafo Quinto: As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados, o Sr. CARLOS AUGUSTO TREVISAN CESTARI, portador da cédula de Identidade Nº 25.561.472-X, inscrito no CPF sob nº 161.990.608-99 que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o Acordo de Nível de Serviço – ANS, o edital da

licitação por **Concorrência Nacional - CN nº 202/2017 – ASL-DP (Processo E-17/100.615/2015)** e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos


CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

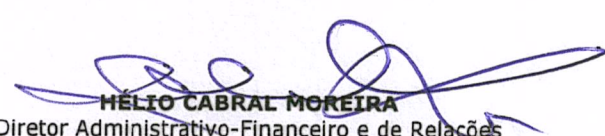
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações
com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


CÉLIA DE FREITAS MERLOS
Sócia Administradora

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-PROVAC-TERCEIRIZAÇÃO-LTDA-serviço-apoio-administrativo-CN-202-2017-VB

ANEXO I

PLANILHAS CUSTOS UNITÁRIOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

AUXILIAR TÉCNICO OPERACIONAL			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
I	REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário		R\$ 1.668,52
B	Adicional Noturno		R\$ -
C	Adicional de Periculosidade		R\$ -
D	Adicional de Insalubridade		R\$ -
E	Adicional de Líder de Turma		R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 1.668,52
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
II	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		VALOR (R\$)
A	Transporte (22 dias * 2 passagens * R\$3,60 - 6% do salário base)		R\$ 58,28
B	Auxílio Alimentação (R\$ 20,00 por dia)		R\$ 440,00
C	Seguro de Vida em Grupo		R\$ 4,50
D	Assistência Social		R\$ 5,35
E	Plano de Saúde		R\$ 200,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 708,13
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
III	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes		R\$ -
B	Equipamentos/Utensílios		R\$ -
C	Materiais de Limpeza		R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ -
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
A	GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	%	VALOR (R\$)
1	INSS	20,0000%	R\$ 333,70
2	FGTS	8,0000%	R\$ 133,48
3	Salário Educação	2,5000%	R\$ 41,71
4	SESI ou SESC	1,5000%	R\$ 25,02
5	SENAI ou SENAC	1,0000%	R\$ 16,68
6	INCRA	0,2000%	R\$ 3,33
7	Risco de Acidente de Trabalho	3,3600%	R\$ 56,06
8	SEBRAE	0,6000%	R\$ 10,01
SUBTOTAL			R\$ 619,99

B GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHADO I			
1	Férias	%	VALOR (R\$)
		9,1726%	R\$ 153,04
	SUBTOTAL	9,1726%	R\$ 153,04
B GRUPO B' - TEMPO NÃO TRABALHADO II			
2	Faltas Abonadas	%	VALOR (R\$)
3	Faltas Legais	1,5285%	R\$ 25,50
4	Licença Paternidade	0,9049%	R\$ 15,09
5	Acidente de Trabalho	0,0130%	R\$ 0,21
6	Aviso Prévio Trabalhado	0,0570%	R\$ 0,95
	SUBTOTAL	0,0002%	R\$ -
		2,5036%	R\$ 41,75
C GRUPO C - GRATIFICAÇÕES			
1	Adicional 1/3 Férias	%	VALOR (R\$)
2	13º Salário	3,4146%	R\$ 56,97
	SUBTOTAL	9,3067%	R\$ 155,28
		12,7213%	R\$ 212,25
D GRUPO D - INDENIZAÇÕES			
1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 constitucional	%	VALOR (R\$)
2	FGTS sobre Aviso Prévio e 13º Indenizado	0,9413%	R\$ 15,70
3	Indenização compensatória por demissão s/ justa causa	0,0338%	R\$ 0,56
	SUBTOTAL	0,5127%	R\$ 8,55
		1,4878%	R\$ 24,81
E GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE			
1	Aprovisionam. Férias s/ licença maternidade	%	VALOR (R\$)
2	Aprovisionam. 1/3 const. Férias s/ licença maternidade	0,0707%	R\$ 1,17
3	Incidência Grupo A s/ Grupo licença maternidade	0,0236%	R\$ 0,39
	SUBTOTAL	0,3185%	R\$ 5,31
		0,4128%	R\$ 6,87
F GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A			
1	Incidência Grupo A x (Grupos B + B' + C)	%	VALOR (R\$)
	SUBTOTAL	9,0661%	R\$ 151,26
		9,0661%	R\$ 151,26
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
		%	VALOR (R\$)
1	GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	37,1600%	R\$ 620,02
2	GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHADO I	9,1726%	R\$ 153,04
3	GRUPO B' - TEMPO NÃO TRABALHADO II	2,5036%	R\$ 41,77
4	GRUPO C - GRATIFICAÇÕES	12,7213%	R\$ 212,25
5	GRUPO D - INDENIZAÇÕES	1,4878%	R\$ 24,82
6	GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE	0,4128%	R\$ 6,88
7	GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A	9,0661%	R\$ 151,26
	SUBTOTAL	72,5242%	R\$ 1.210,04
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
V	CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	%	VALOR (R\$)
1	Custos Indiretos	2,4990%	R\$ 89,63
2	Lucro	1,5431%	R\$ 56,72

3	Tributo Federal - PIS	1,6500%	R\$	71,83
4	Tributo Federal - COFINS	7,6000%	R\$	330,85
5	Tributo Municipal - ISS	5,0000%	R\$	217,67
SUBTOTAL			R\$	766,70

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR PROFISSIONAL	
QUADRO RESUMO	VALOR
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.668,52
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 708,13
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 1.210,04
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	R\$ 766,70
PREÇO MENSAL POR PROFISSIONAL	R\$ 4.353,39

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
I	REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário		R\$ 2.624,17
B	Adicional Noturno		R\$ -
C	Adicional de Periculosidade		R\$ -
D	Adicional de Insalubridade		R\$ -
E	Adicional de Líder de Turma		R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 2.624,17

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
II	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	VALOR (R\$)
A	Transporte (22 dias * 2 passagens * R\$3,60 - 6% do salário base)	R\$ 0,94
B	Auxílio Alimentação (R\$ 20,00 por dia)	R\$ 440,00
C	Seguro de Vida em Grupo	R\$ 4,50
D	Assistência Social	R\$ 5,35
E	Plano de Saúde	R\$ 200,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 650,79

MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS		
III	INSUMOS DIVERSOS	VALOR (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Equipamentos/Utensílios	R\$ -
C	Materiais de Limpeza	R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ -

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
A	GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	%	VALOR (R\$)
1	INSS	20,0000%	R\$ 524,83
2	FGTS	8,0000%	R\$ 209,93
3	Salário Educação	2,5000%	R\$ 65,60
4	SESI ou SESC	1,5000%	R\$ 39,36
5	SENAI ou SENAC	1,0000%	R\$ 26,24
6	INCRA	0,2000%	R\$ 5,24
7	Risco de Acidente de Trabalho	3,3600%	R\$ 88,17
8	SEBRAE	0,6000%	R\$ 15,74
SUBTOTAL		37,1600%	R\$ 975,11

B	GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHADO I	%	VALOR (R\$)
1	Férias	9,1726%	R\$ 240,70
	SUBTOTAL	9,1726%	R\$ 240,70
B	GRUPO B' - TEMPO NÃO TRABALHADO II	%	VALOR (R\$)
2	Faltas Abonadas	1,5285%	R\$ 40,11
3	Faltas Legais	0,9049%	R\$ 23,74
4	Licença Paternidade	0,0130%	R\$ 0,34
5	Acidente de Trabalho	0,0570%	R\$ 1,49
6	Aviso Prévio Trabalhado	0,0002%	R\$ -
	SUBTOTAL	2,5036%	R\$ 65,68
C	GRUPO C - GRATIFICAÇÕES	%	VALOR (R\$)
1	Adicional 1/3 Férias	3,4146%	R\$ 89,60
2	13º Salário	9,3067%	R\$ 244,22
	SUBTOTAL	12,7213%	R\$ 333,82
D	GRUPO D - INDENIZAÇÕES	%	VALOR (R\$)
1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 constitucional	0,9413%	R\$ 24,70
2	FGTS sobre Aviso Prévio e 13º Indenizado	0,0338%	R\$ 0,88
3	Indenização compensatória por demissão s/ justa causa	0,5127%	R\$ 13,45
	SUBTOTAL	1,4878%	R\$ 39,03
E	GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE	%	VALOR (R\$)
1	Aprovisionam. Férias s/ licença maternidade	0,0707%	R\$ 1,85
2	Aprovisionam. 1/3 const. Férias s/ licença maternidade	0,0236%	R\$ 0,61
3	Incidência Grupo A s/ Grupo licença maternidade	0,3185%	R\$ 8,35
	SUBTOTAL	0,4128%	R\$ 10,81
F	GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A	%	VALOR (R\$)
1	Incidência Grupo A x (Grupos B + B' + C)	9,0661%	R\$ 237,91
	SUBTOTAL	9,0661%	R\$ 237,91
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	%	VALOR (R\$)
1	GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	37,1600%	R\$ 975,14
2	GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHADO I	9,1726%	R\$ 240,70
3	GRUPO B' - TEMPO NÃO TRABALHADO II	2,5036%	R\$ 65,69
4	GRUPO C - GRATIFICAÇÕES	12,7213%	R\$ 333,82
5	GRUPO D - INDENIZAÇÕES	1,4878%	R\$ 39,04
6	GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE	0,4128%	R\$ 10,83
7	GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A	9,0661%	R\$ 237,90
	SUBTOTAL	72,5242%	R\$ 1.903,12

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
V	CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	%	VALOR (R\$)
1	Custos Indiretos	2,4990%	R\$ 129,40
2	Lucro	1,5431%	R\$ 81,89

3	Tributo Federal - PIS	1,6500%	R\$	103,70
4	Tributo Federal - COFINS	7,6000%	R\$	477,65
5	Tributo Municipal - ISS	5,0000%	R\$	314,25
SUBTOTAL				R\$ 1.106,89

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR PROFISSIONAL	
QUADRO RESUMO	VALOR
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 2.624,17
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 650,79
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 1.903,12
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	R\$ 1.106,89
PREÇO MENSAL POR PROFISSIONAL	R\$ 6.284,97

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

ASSESSOR TÉCNICO			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
I	REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário		R\$ 4.745,30
B	Adicional Noturno		R\$ -
C	Adicional de Periculosidade		R\$ -
D	Adicional de Insalubridade		R\$ -
E	Adicional de Lider de Turma		R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 4.745,30

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			VALOR (R\$)
II	BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
A	Transporte - valor do benefício com desconto fica negativo e por isso está zerado		R\$ -
B	Auxílio Alimentação (R\$ 20,00 por dia)		R\$ 440,00
C	Seguro de Vida em Grupo		R\$ 4,50
D	Assistência Social		R\$ 5,35
E	Plano de Saúde		R\$ 200,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			R\$ 649,85

MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			VALOR (R\$)
III	INSUMOS DIVERSOS		
A	Uniformes		R\$ -
B	Equipamentos/Utensílios		R\$ -
C	Materiais de Limpeza		R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ -

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
A	GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	%	VALOR (R\$)
1	INSS	20,0000%	R\$ 949,06
2	FGTS	8,0000%	R\$ 379,62
3	Salário Educação	2,5000%	R\$ 118,63
4	SESI ou SESC	1,5000%	R\$ 71,17
5	SENAI ou SENAC	1,0000%	R\$ 47,45
6	INCRA	0,2000%	R\$ 9,49
7	Risco de Acidente de Trabalho	3,3600%	R\$ 159,44
8	SEBRAE	0,6000%	R\$ 28,47
SUBTOTAL			37,1600% R\$ 1.763,33

B	GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHADO I	%	VALOR (R\$)
1	Férias	9,1726%	R\$ 435,26
	SUBTOTAL	9,1726%	R\$ 435,26
B	GRUPO B' - TEMPO NÃO TRABALHADO II	%	VALOR (R\$)
2	Faltas Abonadas	1,5285%	R\$ 72,53
3	Faltas Legais	0,9049%	R\$ 42,94
4	Licença Paternidade	0,0130%	R\$ 0,61
5	Acidente de Trabalho	0,0570%	R\$ 2,70
6	Aviso Prévio Trabalhado	0,0002%	R\$ -
	SUBTOTAL	2,5036%	R\$ 118,78
C	GRUPO C - GRATIFICAÇÕES	%	VALOR (R\$)
1	Adicional 1/3 Férias	3,4146%	R\$ 162,03
2	13º Salário	9,3067%	R\$ 441,63
	SUBTOTAL	12,7213%	R\$ 603,66
D	GRUPO D - INDENIZAÇÕES	%	VALOR (R\$)
1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 constitucional	0,9413%	R\$ 44,66
2	FGTS sobre Aviso Prévio e 13º Indenizado	0,0338%	R\$ 1,60
3	Indenização compensatória por demissão s/ justa causa	0,5127%	R\$ 24,32
	SUBTOTAL	1,4878%	R\$ 70,58
E	GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE	%	VALOR (R\$)
1	Aprovisionam. Férias s/ licença maternidade	0,0707%	R\$ 3,35
2	Aprovisionam. 1/3 const. Férias s/ licença maternidade	0,0236%	R\$ 1,11
3	Incidência Grupo A s/ Grupo licença maternidade	0,3185%	R\$ 15,11
	SUBTOTAL	0,4128%	R\$ 19,57
F	GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A	%	VALOR (R\$)
1	Incidência Grupo A x (Grupos B + B' + C)	9,0661%	R\$ 430,21
	SUBTOTAL	9,0661%	R\$ 430,21
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	%	VALOR (R\$)
1	GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	37,1600%	R\$ 1.763,35
2	GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHADO I	9,1726%	R\$ 435,26
3	GRUPO B' - TEMPO NÃO TRABALHADO II	2,5036%	R\$ 118,80
4	GRUPO C - GRATIFICAÇÕES	12,7213%	R\$ 603,66
5	GRUPO D - INDENIZAÇÕES	1,4878%	R\$ 70,60
6	GRUPO E - LICENÇA MATERNIDADE	0,4128%	R\$ 19,58
7	GRUPO F - INCIDÊNCIA DO GRUPO A	9,0661%	R\$ 430,21
	SUBTOTAL	72,5242%	R\$ 3.441,46

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
V	CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	%	VALOR (R\$)
1	Custos Indiretos	2,4990%	R\$ 220,82
2	Lucro	1,3449%	R\$ 121,81
3	Tributo Federal - PIS	1,6500%	R\$ 176,63
4	Tributo Federal - COFINS	7,6000%	R\$ 813,55
5	Tributo Municipal - ISS	5,0000%	R\$ 535,23
SUBTOTAL			R\$ 1.868,04

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR PROFISSIONAL	
QUADRO RESUMO	VALOR
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 4.745,30
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 649,85
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 3.441,46
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	R\$ 1.868,04
PREÇO MENSAL POR PROFISSIONAL	R\$ 10.704,65

QUADRO RESUMO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNÇÃO	Nº POSTOS	SALARIO POSTO	VALOR DO POSTO COM ENCARGOS	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL 12 MESES
AUXILIAR TÉCNICO OPERACIONAL	15	R\$ 1.668,52	R\$ 4.353,39	R\$ 65.300,85	R\$ 783.610,20
ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	31	R\$ 2.624,17	R\$ 6.284,97	R\$ 194.834,07	R\$ 2.338.008,84
ASSESSOR TÉCNICO	14	R\$ 4.745,30	R\$ 10.704,65	R\$ 149.865,10	R\$ 1.798.381,20
TOTAL	60	R\$ 9.037,99	R\$ 21.343,01	R\$ 410.000,02	R\$ 4.920.000,24

ANEXO II ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS
ANEXO AO CONTRATO CEDAE Nº 120/2013 (DF).

I. Disposições Gerais:

- 1.1. Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA**;
- 1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA** será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a **CONTRATADA** das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 1.4. A **CONTRATANTE** poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a **CONTRATADA**;

II. Dos procedimentos:

- 2.1. O Fiscal do Contrato designado pela **CONTRATANTE** acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela **CONTRATADA**.
- 2.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a **CONTRATADA** para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos o prazo de 3 (três) dias corridos.
- 2.3. A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser enviada pela **CONTRATANTE** por meio físico ou por correio eletrônico.
- 2.4. A notificação será enviada ao preposto da **CONTRATADA**, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto".
- 2.5. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela **CEDAE**, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.
- 2.6. Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à **CONTRATADA** o resultado da avaliação mensal do serviço.
- 2.7. A **CONTRATADA**, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela **CONTRATANTE** os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- 2.8. O Fiscal do Contrato, ao receber da **CONTRATADA** as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.
- 2.9. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período e os encaminhará para pagamento.

III. Do sistema de pontuação:

3.1. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.

3.2. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme Tabela de Ocorrências abaixo:

Tipo	Ocorrência	Valoração
Brandas	1. Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização. 2. Não cumprimento do prazo estabelecido para realização das tarefas. 3. Não atendimento quanto ao resultado pretendido e à qualidade demandada. 4. Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela.	01 Ponto
Moderadas	1. Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições. 2. Ocorrência de faltas dos empregados da licitante vencedora, sem a imediata substituição. 3. Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal. 4. Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante.	02 Pontos
Graves	1. Demora no atendimento às determinações da Contratante referentes à regularização das obrigações trabalhistas de empregados, (não justificada), em período superior a 05 (cinco) dias	03 Pontos

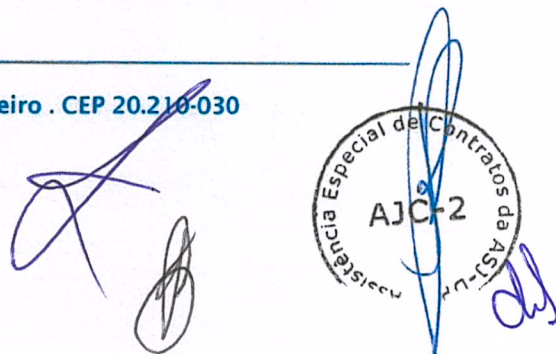
IV. Da faixa de ajuste no pagamento:

4.1. A depender da pontuação acumulada pela **CONTRATADA** ao longo do mês em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela **CEDAE**, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

Pontuação	Ajuste
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

4.2. Em caso de não acolhimento das razões da **CONTRATADA**, apresentada à Comissão de Fiscalização na forma dos itens 2.2 e 2.5, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irrecorrível.

4.3. Findo o mês de competência para apuração do nível de conformidade dos serviços, a pontuação acumulada será zerada para o mês/competência subsequente.



V. Medição dos Serviços:

5.1. A contratante deverá manter todos os postos de trabalho ocupados por prestador de serviço conforme definido no Termo de Referência do Edital.

5.2. Os serviços deverão ser realizados conforme definidos diariamente pela Contratante dentro de prazo razoável e o grau de prioridade estabelecido:

5.2.1 - A execução e a qualidade dos serviços serão verificados pelos usuários dos mesmos, utilizando-se para tanto Planilha de Controle dos Serviços Executados, Planilha A deste ANS, onde serão apontados o atendimento aos itens constantes da Tabela de Ocorrência – subitem 3.2 deste ANS. A referida Planilha será encaminhada à Comissão de Fiscalização no último dia útil do mês.

5.3 - A Comissão de Fiscalização do contrato avaliará mensalmente o desempenho da contratada no cumprimento das atividades executadas, através dos lançamentos indicados na Planilha de Controle dos Serviços Executados – Planilha A, devidamente preenchida e validada pelo requisitante dos serviços.

5.4. Mensalmente, após o último dia do mês, a Comissão de Fiscalização do Contrato, de posse da Planilha de Controle dos Serviços, preencherá o Formulário de Acordo de Nível de Serviço, Planilha B deste, utilizando o Quadro do item 4.1, para obtenção do resultado do Acordo de Nível de Serviço, comunicando à Contratada sobre o resultado obtido até o segundo dia útil do mês subsequente.

5.5. A Comissão de Fiscalização encaminhará o Formulário de Nível de Serviço – Planilha B, devidamente preenchido, ao Fiscal do Contrato, juntamente com a Nota Fiscal do mês para pagamento.

5.6. O ANS terá aplicação inicial a partir do segundo mês de vigência do contrato.

VI. Das demais penalidades e do foro:

6.1. O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como daquelas estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual.

6.2. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro.

PLANILHA A – ANS

PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

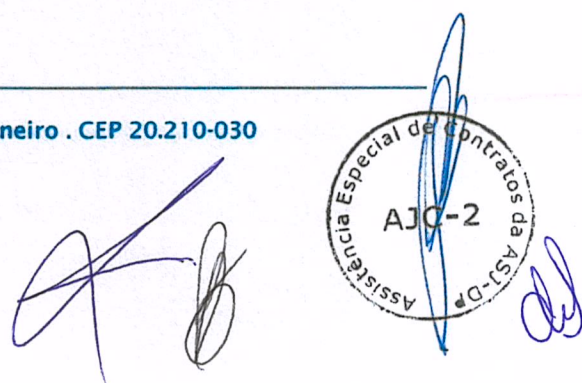
CONTRATO CEDAE Nº _____/2017

CONTRATADA: _____

DIRETORIA: _____

PERÍODO AVALIADO: ____/____/____ a ____/____/____

ITEM	OCORRÊNCIA	SIM	NÃO
1	Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.		
2	Não cumprimento do prazo estabelecido para realização das tarefas.		
3	Não atendimento quanto ao resultado pretendido e à qualidade demandada.		
4	Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela.		
5	Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições.		
6	Ocorrência de faltas dos empregados da licitante vencedora, sem a imediata substituição..		
7	Recusou-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal.		
8	Retirou funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante.		
9	Demora no atendimento às determinações da CEDAE referentes à regularização das obrigações trabalhistas de empregados, (não justificada), em período superior a 05 (cinco) dias.		



Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:
0800-2844675
Telefone: